

Podemos negociar melhor? Galvêas duvida.

O ministro Ernane Galvêas disse que "são manifestações de candidaturas" os protestos do vice-presidente Aureliano Chaves e do ex-governador Paulo Maluf no sentido de que se modifique a metodologia da negociação da dívida externa brasileira.

Numa conversa com correspondentes brasileiros, anteontem à noite, o ministro da Fazenda afirmou que o próximo governo, mesmo que o presidente eleito seja um dos dois candidatos citados, talvez faça as mesmas coisas que a atual equipe econômica vem fazendo, usando o caminho já pavimentado por ela. "Mas ficarei feliz se conseguirmos melhores condições (dos credores)", declarou.

Galvêas observou que, de qualquer maneira, os termos das negociações com os credores têm melhorado a cada etapa e que provavelmente continuarão melhorando. Mas insinuou que não há fórmulas salvadoras à disposição do governo. "O processo não dá saltos. Isso é pura utopia", disse, referindo-se à possibilidade de compra de parte da dívida por uma instituição internacional a ser criada ou já existente, a fim de que se reduzam subs-



tancialmente os juros cobrados e se ampliem os prazos de amortização.

O ministro confirmou que a próxima etapa de negociações com os bancos internacionais deverá começar em agosto. Quando lhe foi perguntado se a proximidade da transição governamental no País não forçaria o adiantamento dessas negociações, disse achar que não. Observou, contudo, que, se o Brasil quiser fazer grandes inovações em sistemática ou metodologia, as negociações se alongariam.

A solução definitiva

O ministro brasileiro disse que a solução definitiva para os países devedores é o aumento de seu acesso aos mercados industrializados e a redução das taxas de juros. É preciso redistribuir os ônus do processo de ajustamento, afirmou. Disse que o Brasil aceitou o ônus da redução dos gastos das estatais, o que provoca uma queda de suas encomendas ao setor privado e, portanto, sacrifício. Agora, os Estados Unidos e outros países industrializados também precisam aceitar sacrifícios, fechando empresas ineficientes, em vez de protegê-las

contra a concorrência das firmas dos países em desenvolvimento.

Galvêas fez um balanço otimista da reunião do Comitê Interino do FMI, de que participou, dizendo que houve "coincidência de diagnóstico" entre os ministros. Notou, por exemplo, que houve grande consenso em torno da necessidade de que se abram o mercado de capitais e o comércio. A respeito da alocação de Direitos Especiais de Saque, disse que a matéria foi reconduzida à diretoria executiva do FMI não com caráter de prioridade, mas pelo menos de urgência.

A respeito das diferenças entre o dinheiro que entra e o que deveria ter entrado nas contas de comércio, afirmou que se devem ao fato de que alguns países, que costumavam pagar em dia, estão pagando com atraso.

Galvêas disse que o País não pode viver com uma inflação de 200%, tendo em vista as distorções que introduz na economia e os riscos sociais que provoca. Nesse sentido, não haveria alternativa para o País senão a de seguir o remédio prescrito pelo FMI.

Quanto ao cartel dos devedores, cuja formação tem sido proposta por alguns, disse não ser útil porque cada país tem características próprias e tem de lutar contra 600 bancos.